

Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras

*Luiz César de Queiroz Ribeiro**

Resumo

O presente texto tem como objetivo principal produzir evidências empíricas sobre o papel da crescente interação dos processos de segregação residencial existentes nas metrópoles brasileiras com alguns dos históricos mecanismos de segmentação social. Escolhemos centrar a nossa atenção na relação entre segregação, segmentação do mercado de trabalho e desempenho escolar de crianças e jovens. No primeiro tema abordaremos o impacto das crescentes distâncias sociais entre mundo das “favelas e dos bairros” nas oportunidades segmentadas de acesso à renda, fazendo com que um “favelado” aufera sistematicamente menor renda que um morador da cidade formal, mesmo quando tem os mesmos atributos de escolaridade, idade e cor. No segundo tema nos dedicaremos à análise de como as crianças e os jovens pertencentes a universos familiares idênticos em termos de “clima escolar” (escolaridade dos integrantes com idade superior a 16 anos) e de estrutura (existência ou não dos dois cônjuges) têm desempenhos escolares (repetência e evasão escolar) distintos em razão de estarem em bairros nos quais desfrutaram ou não da convivência com grupos que ocupam posições superiores da hierarquia social.

Palavras-chave: segregação residencial; desigualdades escolares; metrópole.

* Professor titular do IPPUR/UFRJ e coordenador do Observatório das Metrópoles.
E-mail: cesar@ippur.ufrj.br

Abstract

This article aims to present empirical evidence of the role of the growing interaction between the residential segregation processes existing in the Brazilian metropolitan areas and some of the historical mechanisms of social segmentation. The article focuses on the relationship between segregation, labor market segmentation and school performance of children and youths. Concerning the first theme, we will approach the impact of the growing social distance between the “slums world” and “neighborhoods world” on the segmented opportunities of access to income, as a slum inhabitant earns systematically less compared to a city dweller, even when they have the same level of education, age and color. In the second theme, we will analyze how children and youths belonging to identical families in terms of level of education of family members above 16 years of age and of structure (existence or not of the two parents) have different school performances (failures and dropouts) due to the fact that they live in neighborhoods in which they interact or not with groups that occupy higher positions in the social hierarchy.

Key-words: *housing segregation; schooling inequalities; metropole.*

Introdução

Há hoje um relativo consenso entre especialistas sobre o fato de as transformações econômicas em curso no mundo desde a segunda metade dos anos 70 estarem (i) reconfigurando a natureza e a composição da pobreza urbana, (ii) promovendo a decomposição das estruturas sociais que serviam de suportes à reprodução social, com particulares impactos sobre os pobres urbanos; e, (iii) transformando as relações entre os pobres urbanos e o restante da sociedade. Não é sem razão que hoje seja empregada uma enorme quantidade de vocábulos para dar conta destes dois fatos: nova pobreza, exclusão, vulneráveis, etc.

A reconfiguração da pobreza urbana se expressa, de um lado, no rompimento das relações entre o contingente de pobres e o desempenho macroeconômico, como acontecia na fase anterior do desenvolvimento do capitalismo, em razão do enfraquecimento dos laços com o mercado de trabalho. De outro lado, nas mudanças da inserção dos pobres urbanos na estrutura sócio-ocupacional, na renda média, nas necessidades insatisfeitas, no perfil demográfico (idade, sexo, no nível educativo e também nas formas de constituição e dissolução das famílias).

A literatura também aponta a relação entre pobreza e as tendências à desestruturação social no plano da comunidade (Katzman, 2001), isto dos bairros, em que se estabeleciam na fase anterior do capitalismo as bases materiais e sociais e instituições locais de proteção social que amorteciam os efeitos do pauperismo inerente ao capitalismo. Esse papel do “bairro popular-operário” teria sido diferenciado entre os países, de acordo com o tipo de sistema de *social welfare* que se estabeleceu em cada um deles, resultante da combinação das diferentes funções assumidas pelo mercado, pelo Estado (política social) e pela comunidade na provisão dos bens e serviços necessários à reprodução social dos trabalhadores. Também teria sido diferente no interior de cada cidade, como consequência dos contextos socioeconômicos dominantes em que se deu a sua formação, pelos seus impactos na (i) na qualidade e cobertura da sua infraestrutura física, (ii) no grau de maturidade de suas instituições locais, (iii) na quantidade e qualidade dos ativos materiais e sociais de que cada domicílio dispunha. São esses elementos que diferenciam os bairros operários criados em função de um pólo industrial, dos formados por migrantes rurais recém-chegados à cidade, (iii) dos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, (iv) dos loteamentos ilegais e clandestinos, (v) das áreas de invasão, etc. Cada uma dessas denominações expressa diferentes modos de formação das populações, de sua organização social, das suas instituições, da sua normatividade traduzida em valores e códigos de conduta que moldam expectativas, hábitos e atitudes. Apesar dessas diferenças, a organização social no nível do bairro continha instituições e mecanismos que assumiam o papel de resistência à *des-afiliação* (ibid., 2001) em maior ou menor grau.

Por último, observa-se também tendência ao aumento do isolamento entre os pobres e o restante da sociedade, tanto no plano social quanto cultural. Reduzem-se as oportunidades de contatos e interação informais entre eles e as outras classes sociais em razão da diminuição das oportunidades de acesso ao emprego urbano nos circuitos econômicos hegemônicos das cidades, ainda que através das atividades informais, como acontecia durante a fase da substituição das importações. Observa-se hoje crescente segmentação do mercado de trabalho, sobretudo entre os de alta e de baixa qualifica-

ção, configurando-se a constituição de amplos setores econômicos com frágil relação com o núcleo do *mainstream* da economia ou mesmo a emergência de uma economia da sobrevivência voltada às necessidades dos pobres, uma espécie de “circuito econômico baixa” como identificava Milton Santos. Nesse sentido, é na fase contemporânea do capitalismo que se materializam as hipóteses formuladas pela chamada “teoria da marginalidade”, com a diferença de elas não resultarem da ausência de dinamismo do desenvolvimento, portanto, fato inerente à condição de periferia dos países do capitalismo tardio. Agora, a segmentação econômica está associada ao modelo de desenvolvimento da fase financeirizada e globalizada do capitalismo e está presente em todos os lugares, em todos os países, produzindo uma nova territorialidade da relação núcleo-periferia. É esse fato que leva alguns autores a falarem na existência, hoje, da “marginalidade avançada” (Wacquant, 2001). Mas, além dessa dimensão econômica, o isolamento dos pobres se realiza também pela diminuição do compartilhamento dos serviços, dos equipamentos urbanos e dos espaços públicos de empregos, pelas mudanças do mercado de trabalho, tanto pela crescente auto-separação dos segmentos médios vencedores nessa mudança, quanto pela segregação compulsória dos pobres. É importante assinalar que se tem observado, nas cidades, várias formas pelas quais esse duplo processo de isolamento vem se materializando. Pelo afastamento territorial (processo de periferização das classes sociais), pela construção de enclaves territoriais (condomínios fechados), pela construção de barreiras simbólicas resultantes de monopolização da honra social das classes altas ou da institucionalização da desonra social dos pobres e de seus territórios, nos quais são concentrados na forma de guetos urbanos. Por último, vários autores também vêem como gerador do isolamento o crescente distanciamento entre os conteúdos e os marcos normativos – e seus códigos de sociabilidade – dos pobres em relação àqueles pre-valetentes para o restante da sociedade, fazendo surgir para muito as bases para o desenvolvimento de uma subcultura e a diminuição das oportunidades de contatos e interação informais com os membros das outras classes.

Essas mudanças nas relações dos pobres com os principais circuitos econômicos e sociais das cidades transformam a sua posição

na estrutura social, ao mesmo tempo em que desencadeiam processos de reprodução da pobreza urbana, tornando-a não apenas vasta, mas também endurecida no sentido da sua relativa permanência e imunidade aos movimentos da economia. Em outras palavras, a condição da pobreza urbana contemporânea não é apenas definida pelas carências absolutas ou relativas de certos segmentos sociais ocupando as posições mais baixas da estrutura social, mas também – e sobretudo – por serem aqueles mais fortemente submetidos aos novos mecanismos de marginalização e exclusão sociais gerados pelo capitalismo financeirizado e globalizado.

Pretendemos neste trabalho refletir sobre esse diagnóstico à luz de alguns resultados da pesquisa que estamos desenvolvendo sobre os impactos das transformações econômicas na estrutura socioespacial e na governabilidade das nossas metrópoles. Nela procuramos avaliar as relações entre a renda do trabalho e a divisão favela e bairro, desempenho escolar das crianças e jovens de 8 a 15 anos, e heterogeneidade social dos bairros, além das tendências à *des-afiliação institucional* dos jovens de 14 a 24 anos e a hierarquia socioespacial. Concentramos este trabalho no relato dos resultados obtidos para as principais metrópoles do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Mercado de trabalho e segregação residencial

Há convergência entre os especialistas sobre a ocorrência, nos países da América Latina, de crescente diferenciação e segmentação do mercado de trabalho (Cepal, 1997; Katzman et alii, 2003), centrada na dualidade trabalho qualificado e trabalho não-qualificado. A diferenciação se materializa (i) no aumento da precariedade do emprego, (ii) na maior instabilidade ocupacional, (iii) no enfraquecimento da centralidade do trabalho como referência na formação das identidades e como base da cidadania, (iv) ao mesmo tempo que aumentam os diferenciais de renda entre trabalhos qualificado e não-qualificado. Aqui no Brasil, acrescenta-se ainda a formidável expansão do desemprego aberto.

Esse processo está ocorrendo de maneira concentrada nas metrópoles e incide seus efeitos mais desestruturadores sobre os

segmentos de menor renda. Por exemplo, estima-se que, em 2002, 45,1% dos desempregados estejam nas seis áreas metropolitanas. Esse percentual é ainda maior se examinarmos apenas os trabalhadores de baixa renda – quase 50%. Estima-se que na metrópole paulista a taxa de desemprego dos segmentos de alta renda atingiu 7,9% em 1992, 8,3% no Rio de Janeiro, 7,3% em Belo Horizonte. Mas nos segmentos de baixa renda esses percentuais atingem os impressionantes percentuais de 24,5%, 20,2% e 20,6%, respectivamente, para ficarmos apenas com as metrópoles que compõem o núcleo da base produtiva do país.

Observamos sinais de existência de tendências à sobreposição da segmentação do mercado de trabalho e segregação residencial, o que pode estar aprofundando os pobres na sociedade. A evidência desse fato pode estar nas importantes diferenças que constatamos entre os rendimentos dos moradores das favelas e dos bairros nas capitais. Não necessitamos de sofisticada argumentação para assumir que a distinção entre espaços de favela e espaços de bairro expressa não apenas a segmentação socioespacial, mas também uma segregação, na medida em que a matriz sociocultural brasileira expressa posições hierarquicamente dispostas no espaço social das nossas metrópoles. Mesmo se considerarmos que as distâncias entre elas têm diminuído em termos de condições urbanas, com a melhoria da moradia nas favelas e a chegada de serviços de saneamento básico, e que, ao mesmo tempo, aumenta a diferenciação social nas favelas (ainda que ocorrendo de maneira homogênea em todas as metrópoles), ainda assim permanece em nossa sociedade o reconhecimento social da existência de mundos socialmente distantes.

Tabela I – Diferença entre as rendas dos chefes dos domicílios em favelas e no bairro, segundo a escolaridade

Municípios	sem instrução	de 4 a 7	de 8 a 10
	Diferença	Diferença	Diferença
Rio de Janeiro	-14%	-29%	-31%
São Paulo	-21%	-32%	-39%
Belo Horizonte	-19%	-34%	-39%

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000; Tabulações Especiais, Observatório das Metrópoles.

Tomamos como indicador as diferenças de renda entre os chefes dos domicílios em favela e no bairro, segundo as diferenças de escolaridade e cor. Sabemos que esses dois atributos têm grande importância na explicação dos diferenciais de rendimento do trabalho, como mostram os estudos. Em razão de dificuldades técnicas decorrentes das mudanças introduzidas no Censo de 2000, somente tivemos condição de comparar as renda dos chefes dos domicílios. Também em razão da natureza da variável “domicílio em aglomerado subnormal”¹ introduzida no censo de 1991 para capturar a condição habitacional próxima à situação de favela, escolhemos fazer essa comparação utilizando apenas as informações relativas às capitais.

A Tabela I revela fortes sinais da existência de segmentação residencial do mercado de trabalho. Tomando apenas os dados relativos às capitais Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, observamos sistemáticas e importantes diferenças de rendimentos entre os moradores de favelas e dos bairros. Entre os chefes com baixa escolaridade (4 a 7 anos de estudo), os moradores em favelas ganham em média cerca de 30% a menos do que o seu equivalente morador no bairro. Até mesmo entre os que não têm nenhuma escolaridade observamos uma significativa diferença de 20% nos rendimentos.

Tabela 2 – Diferença entre as rendas dos chefes dos domicílios em favelas e no bairro, segundo a cor

Município	Branco	Pretos e Pardos
	Diferença	Diferença
Rio de Janeiro	-72%	-43%
São Paulo	-70%	-35%
Belo Horizonte	-73%	-46%

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000; Tabulações Especiais, Observatório das Metrôpoles.

¹ A definição oficial do IBGE para esta variável é a seguinte: “Conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

Encontramos diferenças importantes também com relação à cor. Os chefes de cor preta e parda moradores em “favelas” ganham 43% a menos que aqueles na mesma condição, mas morador do “bairro”. As distâncias entre as favelas e os bairros nesse indicador são, portanto, consideráveis.

É possível explicar essas diferenças como resultantes da segmentação do mercado imobiliário de moradias, já que as favelas conformam um segmento diferenciado por três razões principais: (i) o fato de se organizarem a partir de instituições diferentes de regulação dos atos de compra e venda que asseguram os efeitos do direito de propriedade; (ii) a existência de um padrão habitacional e urbanístico distinto, cujas manifestações principais seriam a existência de padrões urbanísticos distintos e a alta densidade da ocupação; e, (iii) os efeitos da violência simbólica exercida contra as camadas populares que naturaliza a representação social compartilhada por todos, de que morar em favela é manifestação de pertencimento a uma outra região do espaço social brasileiro, caracterizada por conter as posições mais inferiores e desclassificadas da hierarquia social, das quais todos gostariam de escapular, mas que apenas conseguem aqueles que têm condições para entrar no mercado formal (renda para pagar aluguel, capacidade de endividamento, habilitação institucional e *habitus*). Esses três elementos funcionam como mecanismos seletivos que filtram a distribuição da população na dicotomia favela-bairro. Por exemplo, o morador da favela não pode ter acesso ao financiamento imobiliário e nem mesmo pode usar o FGTS para comprar uma moradia em razão da exigência, pelas instituições do mercado formal, da titulação da propriedade. Em consequência, as moradias em favela somente podem circular fora deste segmento do mercado imobiliário.

Creio haver um paralelo entre esses mecanismos e a prática de mapeamento das áreas de risco para o financiamento imobiliário privado pelas ameaças da dissociação entre o valor das propriedades e das hipotecas que institucionalizaram a segregação racial nos Estados Unidos. A diferença está nas formas em que se institucionalizaram as práticas e os métodos de separação social pela segmentação do mercado. Enquanto, na América do Norte, ocorreu uma espécie de ação coordenada dos agentes imobiliários na implantação e generalização

de práticas discriminatórias contra os negros, ao mesmo tempo em que o Estado promovia intervenções urbanísticas que abriram possibilidades da suburbanização da classe média branca e simultaneamente abandonava os guetos negros localizados nas áreas centrais das cidades, no Brasil a política da tolerância mencionada anteriormente permitiu amplo acesso da população pobre ao solo urbano, mas através da difusão da ilegalidade, da improvisação e do *laissez faire*, cujo resultado foi a instauração e a institucionalização de dois mercados e “duas cidades”.

A política da tolerância não deixa de ser uma prática de discriminação racial, se aceitarmos a proposição de Guimarães (1999) sobre as particularidades pelas quais, na sociedade brasileira, se estabeleceu a relação entre cor, *status* social e racialização.²

No Brasil urbano, sobretudo o das grandes cidades, o sucedâneo que faz a vez do “negro” é a discriminação contra os “favelados” e seus equivalentes. Nesse sentido, podemos ter discriminação racial sem a ideologia manifesta do racismo. Isso quer dizer que o local de moradia expressa e reproduz a segmentação estamental da hierarquia social. Aparentemente, trata-se de uma contradição, já que a noção de hierarquia pressupõe a existência de um sistema classificatório contínuo, enquanto que a idéia de segmentação somente é possível através da separação em pólos descontínuos. O paradoxo é resolvido, ao nosso ver, pela existência da nossa matriz sociocultural híbrida, que representa a sociedade como organizada simultaneamente pela hierarquia e pela segmentação, na medida em que as camadas populares são permanentemente representadas como um “mundo diferente e paralelo”,

² “Para efeitos das investigações contemporâneas, todavia, continua frutífera a hipótese interpretativa (de Thales de Azevedo) segundo a qual grupos de cor brasileiros representam, antes de tudo, a segmentação da sociedade brasileira em dois blocos contíguos, mas estranhados entre si: elite e povo, ricos e pobres, cidadãos e excluídos, brancos e negros. Em outras palavras, o racismo e o “preconceito de cor” são formas racializadas que naturalizam a segmentação da hierarquia social. A racialização desta hierarquia pode, inclusive, ajustar-se, segundo as regiões e entre si: elite e povo, ricos e pobres, cidadãos e excluídos, brancos e negros. Em outras palavras, o racismo e o “preconceito de cor” são formas racializadas que naturalizam a segmentação da hierarquia social. A racialização desta hierarquia pode, inclusive, ajustar-se, segundo as regiões e o tempo histórico, provendo sucedâneos simbólicos aos “negro”, como são, no sudeste brasileiro, os epítetos de “baiano”, “paraíba” e nordestinos”.

onde a organização social e as práticas sociais são fundadas em princípios, normas e valores diferentes dos “de cima”, “dos brancos”, “dos letrados”, “dos ricos”. Essa representação está disseminada na sociedade, dela compartilhando até “os de baixo” e mesmo o pensamento crítico. Por exemplo, as representações do mundo das favelas como mundo formado por população em estado de anomia, passível de ser facilmente recrutável pelas organizações criminosas.

Além da nossa matriz sociocultural híbrida – talvez como consequência dela –, a difusão da ilegalidade urbana resultante da *política da tolerância* sedimentou a segmentação pelo surgimento de instituições diferentes de regulação da propriedade privada da terra no mundo popular, com especial expressão nas favelas. A combinação dos efeitos simbólicos da matriz sociocultural e da segmentação institucional é a existência da segmentação do mercado imobiliário, completando todo o ciclo de naturalização da segmentação social, pois agora não aparece mais como resultante de práticas de discriminação quanto aos “de baixo” (negros em sua maioria). Surge a mágica dos preços para camuflar os mecanismos que institucionalizam a separação.

Os dados analisados anteriormente e algumas indicações de pesquisas qualitativas nos mostram indícios da existência, hoje, de discriminação no mercado de trabalho dos “favelados”, que podemos interpretar com base nas referências acima como uma das formas de expressão da discriminação racial. Hasenbalg (1979) e Damasceno (2000) mencionam o ardil da categoria “boa aparência” exigida nos anúncios de empregos em jornais como expressão sutil da discriminação racial. Não possuímos dados sistemáticos, mas informações colhidas de experiências indicam que, hoje, a localização da moradia em favela pode estar atuando como um sucedâneo da “boa aparência” na seleção de jovens no mercado de trabalho.

Segmentação educativa e segregação socioespacial

Sabemos também existir na sociedade brasileira forte e profunda segmentação escolar, no ensino fundamental, entre escola pública e escola privada. A primeira destina-se aos segmentos inferiores da estrutura social e a segunda, aos segmentos médios e superiores. Alguns indicadores dessa segmentação: 90% dos estabelecimentos de

ensino elementar eram, em 2001, privados; em 2002, a rede privada de escolas tinha em média 18,6 alunos por turmas de 1ª a 4ª séries, enquanto a rede pública tinha 29; de 5ª a 8ª séries esses números eram, respectivamente, de 26,6 e 34,2; os percentuais de professores com curso superior nas séries de 1ª a 4ª da rede privada são de 44,2% e na pública de 36,5%; já nas séries de 5ª a 8ª são de 84,7% e 77,8%. Essa segmentação é acompanhada por uma forte diferença de qualidade e eficácia do ensino ministrado: o atraso escolar, em 2002, nas primeira e quarta séries era de 18,6% na rede privada e de 29% na pública; enquanto os percentuais eram de 26,6% e 34,2. Outro indicador da segmentação de qualidade é a distorção idade-conclusão dos ciclos: na rede privada, 44,8% dos alunos que concluíram o ensino fundamental apresentavam distorção enquanto, na rede pública, apenas 10,2%; no ciclo médio a distorção era de 53% e 27,3% respectivamente. O resultado da segmentação escolar está no fato de os alunos egressos do ensino privado terem maiores chances de ingressar nas universidades públicas do que os formados nas escolas públicas. Em consequência, a instituição escolar brasileira não realiza sua missão republicana de democratização das oportunidades, cujo resultado é a transmissão intergeracional do capital escolar, fazendo com que haja uma espécie de herança da desigualdade na educação do país. Tal fato foi constatado empiricamente em recente estudo realizado por Ferreira e Veloso (2003), ao demonstrarem que a taxa de transferência da desigualdade na educação alcança 68%, valor próximo ao verificado na Colômbia e bem menor no México e no Peru (50%) e bem maior ao verificado na Alemanha e na Malásia (cerca de 20%). O que os pesquisadores estão nos dizendo? Que a escolaridade dos pais aumenta ou diminui fortemente as chances dos filhos obterem capital escolar, de tal forma que, segundo suas estimativas, para o filho do pai sem instrução repetir a escolaridade do pai a possibilidade é de 34%, enquanto que a de chegar a concluir o ensino superior é de apenas 1%. Já o filho de pai com escolaridade de nível superior tem 60% de chance de alcançar a mesma escolaridade. Temos, portanto, a determinação das chances de escolaridade determinada pela distribuição desigual do capital escolar, como consequência da total falência da escola como instrumento de democratização das oportunidades.

Bem sabemos que, mesmo nos países desenvolvidos, onde correu efetivamente a universalização do ensino, nos marcos dos valores republicanos, como é o caso da França, não se verificou uma total implantação da sociedade meritocrática como sonhavam os utópicos do ensino. Mesmo nessas sociedades, verifica-se a vigência das desigualdades *adscribed*, mesmos se admitirmos que a modernização e a industrialização, ao separarem as estruturas familiares, econômicas e sociais, tenham aumentando a importância das desigualdades *achieved*, para usar a terminologia de Parson. Como constata Raymond Boudin,

(...) conduzindo o desenvolvimento das sociedades industriais a uma dependência cada vez mais afirmada da posição social em relação às competências adquiridas, deve-se esperar um enfraquecimento da ligação desta posição em relação à origem social. (1979)

Esse processo de modernização está fortemente relacionado com a universalização da educação. Não ocorre nesses países a completa coincidência entre capital escolar e capital econômico na estruturação do espaço social, como bem já demonstrou Bourdieu (1997). Já no Brasil encontramos exatamente o inverso, ou seja, a forte correlação entre capital econômico e capital escolar e todas as outras formas de capital.

Bem, tudo isso é mais ou menos conhecido. Mas o que é importante assinalar é que a baixa qualidade da escola pública não decorre apenas da precariedade das suas instalações, da existência de salários pouco motivadores, enfim, das condições materiais e institucionais que bloqueiam o seu pleno funcionamento como aparelho de escolarização, mas também de socialização. Esses aspectos têm até melhorado nos últimos anos, ainda que não tenham sido alteradas significativamente tais condições. Gostaria de chamar a atenção para os aspectos relativos da escola enquanto geradora das bases do capital social individual. Estamos de acordo com Katzman, quando diz não ser necessário ser sociólogo para considerar o papel da escola enquanto espaço de contatos sociais que podem elevar as probabilidades de êxito nas trajetórias de inserção dos indivíduos no mercado. Desde os trabalhos de Granovetter (2000), sabemos da importância das redes de laços sociais no condicionamento da posição

dos indivíduos no mercado, em contraposição à “hipótese da tomada de decisão atomizada” (p. 12). Talvez todos possamos lembrar da importância das relações construídas na fase da nossa formação escolar em nossas próprias trajetórias profissionais. Considerar tal fato é afastar-nos da mitologia do êxito como recompensa do esforço individual, ilusão alimentada por casos excepcionais, muitas vezes manipulados pela mídia. Em sociedades complexas como as nossas dependemos crescentemente de verdadeiros sistemas de relações sociais e a experiência da educação é o primeiro momento de inserção nesses sistemas. Outro efeito positivo da heterogeneidade social da escola e do bairro se verifica na utilização do poder social dos segmentos sociais médios na melhoria da qualidade da escola. Também incide na exposição das crianças e jovens aos modelos de papéis exitosos, que motivam e ajudam na sua socialização com base em valores favoráveis à integração. Em outros termos, ajudam a criar nas crianças e nos jovens metas e expectativas de integração.

Há muitas evidências de pesquisa que apontam nessas direções. Bidou-Zachariassen (1996) mostrou os efeitos positivos da proximidade territorial, no plano da residência sobre as atitudes e os valores relativos à escola, de camadas de trabalhadores empobrecidos, decorrentes da exposição das camadas populares aos valores e visões de mundo das camadas médias em processo de ascensão social. Ao mesmo tempo, esse trabalho mostra que a maior presença dos segmentos médios na escola pública do bairro teve como resultado a inversão do processo de degradação em curso, em razão do aumento do poder dos pais em pressionar as autoridades escolares para melhorarem as condições materiais e pedagógicas.³ Relatos semelhantes

³ Essa autora estudou os efeitos positivos dos contatos entre representantes das novas classes médias em ascensão que vão se instalar nas áreas centrais de Lyon, onde historicamente moram representantes das camadas populares em processo de pauperização e isolamento social.

“Estes fenômenos de ‘contato’, no sentido da antropologia americana, entre estes dois tipos de população, podem ser considerados como parte na origem das transformações de atitudes e comportamentos dos ‘antigos’ perante a escolaridade de suas crianças. Estes eram freqüentemente militantes associativos, mas participavam raramente das reuniões dos pais de alunos e aderiam menos ainda a suas organizações. No curso dos anos, eles se tornaram mais atentos à escolaridade dos seus filhos: aconselhados por seus vizinhos, eles construíram

encontramos na pesquisa sobre Montevideu realizada por Katzman, vão também na mesma direção.⁴ Segundo ele, as escolas localizadas em bairros com grau maior de heterogeneidade social oferecem mais oportunidades, na medida em que permitem o estabelecimento de contatos sociais passíveis de produzir o efeito demonstração de modelos de comportamento integrativo das pessoas socialmente exitosas. Na concepção do autor, seriam uma demonstração do êxito possível e exemplificariam o tipo de ativos e as estratégias de articulação de ativos que permitem um bom aproveitamento das oportunidades.

estratégias escolares de mudanças dos estabelecimentos escolares freqüentados pelos seus filhos, passando eventualmente do público para o privado. Este fenômeno conheceu uma tal amplitude que a escola primária do bairro, de péssima reputação, foi desertada e fechada durante um ano escolar inteiro. Não encontramos essa mudança de atitude entre aqueles que saíram do bairro central. Uma certa coabitação entre os antigos e os novos residentes no seio de uma vida associativa, como também uma banal camaradagem de vizinhança entre as crianças, pode largamente explicar essa evolução“ (p. 137).

- 4 *“Desde un punto de vista metodológico, aflojar dicho supuesto requiere investigar las condiciones bajo las cuales un individuo acepta que el comportamiento de otros opere como modelo para regular su propia conducta. La respuesta no es obvia. Pero sin entrar en las complejidades que subyacen a los fenómenos de imitación (mecanismos de identificación, empatía, mayor o menor susceptibilidad a modelos externos, etc.) la experiencia de todos los días muestra que, en general, cuanto mayor la cercanía física a un conjunto de personas que comparten características socialmente prestigiosas, y cuanto mayor el peso numérico relativo de ellas en el medio social inmediato, mayor la posibilidad que su comportamiento sea adoptado como marco de referencia por aquellos que no poseen esas características. Si se quiere ser más riguroso, se puede agregar que esa respuesta dependerá del grado y orientación de la susceptibilidad de los más carenciados a los estímulos de su medio. La tendencia de los más pobres a asumir como modelos de rol a los más ricos será más fuerte en contextos de alta homogeneidad en la cultura y en los códigos de comunicación, de baja asimetría en el trato cotidiano entre las clases y de buenas oportunidades de acceso efectivo a las avenidas de movilidad social. En cambio, allí donde no se dan estas condiciones, lo que primará como resultado de los mayores contactos serán sentimientos de deprivación relativa. El vivir en un vecindario afluyente será en estos casos una fuente constante de irritación, asociada al hecho que la proximidad impide eludir una comparación enojosa y permanente de la propia situación con la de los hogares con más recursos.”* estos casos una fuente constante de irritación, asociada al hecho que la proximidad impide eludir una comparación enojosa y permanente de la propia situación con la de los hogares con más recursos.”

Isso implicaria, em primeiro lugar, a incorporação da crença de que há efetivamente uma estrutura de oportunidades aberta a todos aqueles que estão dispostos a fazer os esforços para transitar por ela e, em segundo lugar, que esse trânsito implica o alcance de condições dignas de vida, incorporando aqueles bens e serviços que a sociedade propõe como desejáveis.

Outros estudos têm demonstrado o inverso, ou seja, os efeitos negativos no processo educativo quando se combina a segregação residencial com a segregação escolar (Van Zanten, 2001).

Não temos condições de evidenciar a existência do efeito de vizinhança no processo educacional. Mas buscamos gerar alguns elementos empíricos para a nossa reflexão. Fizemos uma avaliação das taxas de atraso escolar das crianças e jovens com idades entre 8 e 15 anos em função da localização da moradia em bairros com maior ou menor grau de heterogeneidade social, utilizando os dados do censo de 2000. O atraso escolar foi medido pela defasagem idade-anos de estudo.

A heterogeneidade social foi capturada através da construção de uma tipologia socioespacial com base o perfil socioeducacional da população residente.⁵ A tabela abaixo mostra as diferenças dos percentuais de atraso escolar segundo a localização na hierarquia socioespacial nas metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

⁵ Para educação, utilizamos como indicadores os anos de escolaridade da população com idade acima de 16 anos, estratificada pelas seguintes faixas: sem instrução; 1 a 3 anos, 4 a 7; 8 a 10; 11 a 14, mais do que 15 anos de estudos. Para a renda, usamos a renda individual total das pessoas de 14 anos ou mais, segundo as seguintes faixas de salário-mínimo: até 1/2 ; de 1/2 a 1; 1 a 2; 2 a 5; 5 a 10; 10 a 20; mais de 20; e sem renda. A tipologia socioespacial foi construída a partir dos resultados da análise fatorial e classificação hierárquica das Áreas de Expansão Domiciliar – AED's. Nesta apresentação, vamos utilizar a versão simplificada dessa tipologia, composta por apenas três tipos: Superior, Médio e Inferior.

Tabela 3 – Percentual de atraso escolar de crianças e jovens(*), segundo a hierarquia socioespacial

RM's	Média da RM	Baixa	Média	Alta
Rio de Janeiro	54%	62%	50%	37%
São Paulo	33%	39%	29%	20%
Belo Horizonte	44%	48%	39%	33%

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000; Tabulações Especiais, Observatório das Metrôpoles.

(*) 8 a 15 anos de idade.

São muito expressivas as diferenças entre os tipos de espaços, sendo, evidentemente, maiores aquelas relativas aos espaços de alta e baixa renda e escolaridade, sendo que as variações relativas entre os percentuais desses dois tipos são: São Paulo (48%), Rio de Janeiro (40%) e Belo Horizonte (32%). Mas, como sabemos que as famílias têm importante papel educativo no desempenho escolar das crianças e dos jovens, tanto na mobilização de recursos para complementar o papel pedagógico da escola, quanto na sua motivação para a escolarização, procuramos avaliar o papel do “clima educativo do domicílio”⁶ medida pela média de anos de estudos dos integrantes do domicílio maiores de 16 anos.

A análise dos resultados indica que, entre os domicílios com frágil clima educativo – até 5 anos –, há residuais diferenças entre os percentuais de atraso escolar segundo a hierarquia socioespacial, como mostra a Tabela 4. Nessa faixa, parece ser indiferente a posição das famílias na hierarquia socioeducacional, provavelmente em razão de a situação de extrema precariedade não permitir o aproveitamento dos “efeitos de vizinhanças” potenciais da coabitação com grupos de tema maiores dotações de capital escolar. Já nas outras faixas de clima escolar, as diferenças são razoavelmente significativas para fortalecer a hipótese do efeito de vizinhança. Chamam a atenção as diferenças na faixa de maior clima (mais do 12 anos).

⁶ Essa noção foi utilizada por Katzman (1999) em seu estudo sobre Montevideo.

Tabela 4 – Percentual de atraso escolar das crianças e jovens(*) vivendo em domicílios com o chefe. Segundo o clima educacional e a hierarquia socioespacial

Hierarquia Socioespacial						
Clima Escolar	RM's	Baixa %	Média %	Alta %	Média da RM %	Variação % entre Baixa e Média
Até 5 anos	RJ	79	74	75	77	4,30
	SP	53	50	50	52	5,80
	BH	64	60	60	63	6,10
5 a 9 anos	RJ	64	59	53	61	17,10
	SP	43	37	32	40	26,80
	BH	51	47	42	49	18,80
9 a 12	RJ	46	40	36	41	21,70
	SP	30	22	21	25	30,30
	BH	35	34	31	33	12,00
Mais de 12 anos	RJ	37	26	24	26	35,30
	SP	27	18	12	16	54,30
	BH	34	30	28	30	19,90

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000; Tabulações Especiais, Observatório das Metrôpoles.

(*) de 8 a 15 anos de idade.

Des-afiliação institucional dos jovens e segregação residencial

A situação dos jovens que estão em situação de abandono dos estudos sem se integrarem de forma mais ou menos simultânea ao mercado de trabalho pode ter diversos significados sociais, em termos do comportamento e das causas explicativas possíveis. Podemos mencionar pelo menos duas razões de tal diversidade: a posição social posição da família do jovem e a sua trajetória nos processos de socialização e de integração na sociedade. Além disso, também sabemos existirem diferenças sociais em cada umas das categorias sociais utilizadas para classificar essa trajetória, tanto de uma sociedade a outra quanto em função das posições sociais das famílias. Todas essas diferenças integram a sociologia da idade.⁷

Estamos aqui assumindo de forma pouco elaborada o fato jovem que está fora da situação da escola e do trabalho caracterizar a sua *des-afiliação* dos papéis sociais que a sociedade lhe impõe e dele espera: estudante ou trabalhador. A *des-afiliação* ocasionaria duas conseqüências, que tendem a criar processos de reprodução da pobreza e de exclusão social dos jovens: uma “espiral ascendente de fracassos” (Katzman, 2001), situação social na qual o jovem, diante da impossibilidade de satisfazer as expectativas generalizadas quanto ao seu papel na sociedade, experimenta a deterioração da sua auto-imagem e reduz sua auto-estima, segundo Katzman, condições subjetivas fundamentais para que possa enfrentar as dificuldades e os desafios sociais. Além disso, a *des-afiliação*, sobretudo se prolongada, tende a gerar uma situação de exclusão social, na medida em que afasta o jovem da experiência social que o leva a acumular conhecimentos e contatos relativos ao mundo do trabalho. Portanto, o jovem que não estuda, não trabalha e nem procura emprego caracteriza

⁷ “Juventudes”, o substantivo no plural ajuda a evitar que se opere com a categoria *juventude*, uma faixa etária “objetivamente” definida ou um grupo naturalmente constituído por “problemas” ou “interesses comuns”. De fato, a idéia de *juventude* como “uma idade da vida” pertence a um ciclo suposto como universal e imutável (infância/adolescência/juventude/idade adulta/velhice), pode encobrir as diferenças entre jovens em termos de cultura, classes, grupos e configurações sociais” (Novaes, 1997).

uma situação de *des-afiliação* com relação às principais instituições públicas. Como escreve Katzman, “a maioria dos jovens que desertam temporariamente do sistema de ensino deixa de estar em carreira, sendo muito baixa a probabilidade de adquirir os ativos que os habilitem a aproveitar os novos canais da mobilidade e da integração” (p. 20). Na caracterização empírica dessa situação, temos duas possibilidades no tratamento do indicador: levar em consideração apenas os homens, evitando a contaminação de situações ambíguas decorrentes das diferentes exigências sociais da mulher quanto ao seu papel social ante as instituições, já que ela estaria submetida a normas tradicionais que legitimam o seu papel social no universo doméstico; a alternativa seria considerar indistintamente homens e mulheres, na hipótese de que estas não sejam mais tão diferentes que justifiquem essa separação.

Neste estudo, tomamos a faixa de 14 a 24 anos para caracterizar e avaliar os resultados de homens e mulheres juntos e dos jovens homens separadamente. A situação de segregação residencial foi caracterizada pelos mesmos procedimentos utilizados anteriormente. Abandonamos a variável “clima educativo do domicílio” porque sabemos que muitos jovens nessa faixa são também chefes de domicílios.

A Tabela 5 mostra como, em cada metrópole, verifica-se a distribuição dos jovens em situação de *des-afiliação* institucional, segundo o gênero. Três observações surgem imediatamente: há importante concentração dos jovens nessa situação: mais baixas posições da hierarquia socioespacial em todas as metrópoles; é relativamente maior o contingente de mulheres nessa situação; essa diferença é mais ou menos constante entre os espaços polares da hierarquia.

Tabela 5 – Distribuição (*) dos que não trabalham, não estudam e nem procuram emprego, segundo a hierarquia socioespacial

Metrópoles	Hierarquia socioespacial			Total %
	Baixa %	Média %	Alta %	
Rio de Janeiro	55	36	9	100
São Paulo	63	30	7	100
Belo Horizonte	73	21	6	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000; Tabulações Especiais, Observatório das Metrôpoles.

(*) Homens e mulheres de 14 a 24 anos.

Tabela 6 – Percentual de jovens(*) que não trabalham, não estudam e nem procuram emprego, segundo a hierarquia Socioespacial

Metrópoles	Hierarquia socioespacial			Média da RM %
	Baixa %	Média %	Alta %	
Rio de Janeiro	17	12	7	13
São Paulo	13	9	6	11
Belo Horizonte	12	7	6	10

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000; Tabulações Especiais, Observatório das Metrôpoles.

(*) Homens e mulheres de 14 a 24 anos.

Conclusões

Tentamos apresentar alguns resultados empíricos sobre o nosso trabalho sobre os impactos sobre as estruturas sociais das grandes metrôpoles brasileiras decorrentes das transformações socioeconômicas em curso desde o início dos anos 1990, quando se inicia o ciclo da nossa subordinação à dinâmica da globalização financeira. Procuramos gerar algumas evidências do que estamos designando como *metropolização da questão social*, entendendo por este termo não

apenas a concentração territorial dos efeitos perversos da crescente disjunção entre economia e sociedade, mas a fragilização e mesmo a destruição das estruturas sociais urbanas que, no plano dos domicílios, da família e do bairro, funcionaram como amortecedores das históricas desigualdades sociais que caracterizam o nosso padrão de desenvolvimento capitalista. Três conseqüências devem ser destacadas: (i) os fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação residencial do território das grandes metrópoles brasileiras passam a combinar-se com históricos mecanismos de separação social, dotando as desigualdades sociais de novos conteúdos e processos ainda pouco conhecidos; (ii) os grupos mais vulnerabilizados por esta combinação são as crianças e os jovens, candidatos potenciais a constituírem-se em futuros adultos excluídos da nova economia em emergência, eliminando as possibilidades integrativas e assimiladoras da grande cidade; (iii) este novo cenário e esta nova dinâmica social emergem em um momento de re-democratização e de avanço da modernização cultural, criando uma díade contraditória, pois a escola, a política e o mercado criam modelos sociais homogêneos de integração, baseados no estilo de vida das classes médias, enquanto as oportunidades sociais continuam sendo desigualmente distribuídas.

A ressonância na sociedade do tema da justiça social presente no debate público guarda profunda relação com esta díade contraditória. Daí decorre a dramaticidade com que se experimenta o visível cenário das desigualdades socioespaciais. Com efeito, a justaposição territorial de “favelas e periferias” e “bairros nobres e jardins” torna-se veículo de comunicação da existência, em nossa sociedade, de uma díade contraditória resultante da aceleração da modernização cultural e do processo material e da fragilização das bases de legitimidade institucional da ordem social fundada na manutenção – e mesmo exacerbação – das distâncias sociais que separam, em nossas metrópoles, “os de cima dos de baixo”, “os privilegiados dos excluídos”. Por outras palavras, vem ocorrendo a expansão das fronteiras sociais em razão do “efeito classe média”⁸ que diminui a força legitimadora

⁸ Para Estanque (2003, p. 70), a noção de “efeito classe média” “pretende realçar a idéia de que, para além da existência de uma classe média ‘real’, pode conceber-se a presença de uma classe média ‘virtual’. Isso implica pressupor que as adesões e demarcações sociais suscitadas pela referência à classe média – essa

do eixo hierárquico e estamental da nossa matriz sociocultural hierárquica, com a difusão de valores, expectativas e orientações culturais igualitário-individualistas. Mas, de maneira contraditória, as instituições e o território excluem, desigualam e segregam. Nas metrópoles brasileiras enfrentamos, portanto, a face mais aguda dos desafios de uma sociedade que consolida a democracia e homogeneiza seus valores, crenças e expectativas republicanas, mas, ao mesmo tempo, mantém, aumenta e dá maior visibilidade às desigualdades sociais. Nelas vivemos os efeitos da disjunção entre a crescente homogeneização das metas culturais e o enfraquecimento da legitimidade das desigualdades de acesso aos recursos necessários a sua concretização. Este quadro histórico abre duas possibilidades de trajetórias. A primeira: a transformação dos ressentimentos e frustrações individuais das camadas populares em impulsos de ações coletivas contestadoras e, no limite, transformadoras da estrutura injusta de distribuição de oportunidades; a segunda: internalização pelos “de baixo” da injustiça como resultante de destinos e/ou deficiências pessoais ou de “injustiças individuais”, o que condiciona e induz a atitudes fatalistas e resignadas ou ao incentivo do individualismo predatório. No centro destas possibilidades de trajetórias encontra-se a luta simbólica pela representação social da injustiça da nossa sociedade.

vaga e imprecisa ‘mancha’ sociológica situada algures entre as classes dominantes e as classes trabalhadoras manuais – possuem alcance significativo na modelação das representações sociais e das expectativas de subjetivas, as quais adquirem efeitos concretos no terreno das práticas, sejam elas de identificação com os padrões de vida de ‘classe média’, sejam, pelo contrário, de demarcação em face desta categoria”.

CADERNOS METRÓPOLE, N. 13, pp. 47-70, 1º sem. 2005

Referências

- BIDOU-ZACHARIASEN, C. (1996). "Classes populaires et classes moyennes en centre rénové". In: HAUMONT, N. (org.). *La Ville: agrégation et ségrégation sociales*. Paris, L'Harmatan.
- BOUDIN, R. (1979). *L'inégalité des chances*. Paris, Pluriel/Armand Collin.
- BOURDIEU, P. (1997). "Efeitos do lugar". In: BOURDIEU, P. (org.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro, Vozes.
- CEPAL (1997). *Panorama Social de América Latina*. Santiago de Chile.
- DAMASCENO, C. M. (2000). "Em casa de enforcado não se fala de corda": notas sobre a construção social da "boa" aparência no Brasil. In: GUIMARÃES, A. S. A. e HUNTLEY, L. *Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- ESTANQUE, E. (2003). "O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI". In: CABRAL, M. V.; VALA, J. e FREIRE, A. *Desigualdades sociais e percepções de justiça social*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/ISSP.
- FERREIRA, A. G. e VELOSO, F. A. (2003). Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 33, n. 3, IPEA.
- GRANOVETTER, M. (2000). *Le Marché Autrement. Essais de Granovetter*. Paris, Désclée de Brouwer.
- GUIMARÃES, A. S. (1999). *Racismo e antiracismo no Brasil*. São Paulo, Fapesp.
- HASENBALG, C. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- KATZMAN, R. (2001). *Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias*. Buenos Aires, Siempre/Unesco.
- KATZMAN, R.; CORBO, G.; FILGUEIRA, F.; FURTADO, M.; GELBER, D.; RETAMOSO, A. e RODRÍGUEZ, F. (2003). La ciudad fragmentada. Respuesta de los sectores populares urbanos a las transformaciones del mercado y del territorio en Montevideo. Proyecto "Latin American Urbanization in the Late 20th Century: A Comparative Study". Working Papers Series 02. The University of Texas at Austin.

- NOVAES, R. R. (1995). "Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais". In: VIANNA, H. (org.). *Galerias cariocas. Territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- VAN ZANTEN, A. (2001). *L'École de la Périphérie. Scolarité et ségrégation en banlieu*. Paris, PUF.
- VIANNA, H. (org.) (2003). *Galerias cariocas. Territórios de conflitos e encontros culturais*. 2 ed. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- WACQUANT, L. (2001). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro, Revan/Observatório.

Recebido em mar/2005
Aprovado em maio/2005